

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: USO DE SACOLAS RETORNÁVEIS

ENVIRONMENTAL EDUCATION: THE USE OF RETURNABLE BAGS

EDUCACIÓN AMBIENTAL: EL USO DE BOLSAS REUTILIZABLES

Rafael Lopes Ferreira

Gestor Ambiental (Faculdades Integradas Camões / PR), Especialista em Biotecnologia (Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR)), Orientador de TCC do Centro Universitário Internacional Uninter. rafa.gestor_amb@hotmail.com

Abdias de Araújo Bezerra Neto

Graduado em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco - FCHPE/ 2002. Pós-graduando em Engenharia, Saúde e Meio Ambiente - UNINTER. E-mail: abdiasbezerra2@gmail.com

RESUMO

Pode-se entender educação ambiental como um conjunto de ensinamentos teóricos e práticos com o objetivo de levar à compreensão e de despertar a percepção do indivíduo sobre a importância de ações e atitudes para a conservação e a preservação do meio ambiente, visando o bem estar de todos, como o uso de sacolas retornáveis. Mostrar a rentabilidade que a educação ambiental, por meio de sacolas retornáveis, atrai e conscientiza cidadãos para o consumo consciente de sacolas plásticas. O estudo iniciou-se com fichamento contendo a síntese das principais ideias de artigos selecionados nas referências bibliográficas para promover reflexão e apresentar ao leitor a forma como se encontra a educação ambiental. A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente e de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo, tanto em caráter formal quanto informal. Um dos eixos orientadores da educação ambiental aplicada aos resíduos sólidos é a política dos 4 Rs. A gestão ambiental preconiza a mobilização nas Instituições, adequando-as à promoção das práticas de desenvolvimento sustentável e de respeito ao meio ambiente. Ao se pensar em desenvolvimento sustentável, deve ser associado o fator qualidade de vida. Entretanto, não se pode considerar qualidade de vida como a possibilidade de consumir e adquirir um maior número de produtos.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Resíduos. Sacolas retornáveis Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

Environmental education can be understood as a set of theoretical and practical principles with the objective of bringing the understanding and the awakening of the individual's perception about the importance of actions and attitudes for the conservation and preservation of the environment, aiming at the well-being of all, as the use of returnable bags. The purpose is to show the profitability of how the environmental education through returnable bags attracts and raises the citizens' awareness to the conscious consumption of plastic bags. The study began with annotations containing a summary of the main ideas from selected articles in the references in order to promote reflection and submit to the reader how the environmental education is at the moment. One of the guiding axes of environmental education applied to solid waste is the 4 Rs policy. The environmental management calls for mobilization in the institutions, adapting them to the promotion of sustainable development practices and respect for the environment. When thinking about sustainable development, it should be associated with the quality of life factor. However, it cannot be considered quality of life as the possibility to consume and purchase a greater number of products.

Key words: Environmental Education. Waste. Returnable Bags Sustainable development.

RESUMEN

Se puede entender la educación ambiental como un conjunto de clases teóricas y prácticas con el objetivo de promover la comprensión y también de despertar la percepción del individuo sobre la importancia de las acciones y actitudes para la conservación y la preservación del medio ambiente, visando el bienestar de todos, en la medida en que la utilización, como el uso de las bolsas retornables. Mostrar la rentabilidad que la educación ambiental, mediante bolsas retornables, atrae y concientiza los ciudadanos sobre el consumo de bolsas de plástico. El estudio comenzó con la categorización que contiene un resumen de las ideas principales de los artículos seleccionados en las referencias bibliográficas para promover reflexión y presentación al lector de la manera como se encuentra la educación ambiental. La educación ambiental es un componente esencial y permanente de la educación nacional, que debe estar presente y de manera coordinada en todos los niveles y modalidades del proceso educativo, tanto en el sector formal como en el informal. Uno de los ejes rectores de la educación ambiental aplicada a los residuos sólidos y a la política de los 4Rs. La gestión del medio ambiente exige la movilización en las instituciones, adaptándolas a la promoción de prácticas de desarrollo sostenible y el respeto por el medio ambiente. Cuando se piensa acerca del desarrollo sostenible, debe estar asociado con el factor de calidad de vida. Sin embargo, no se puede considerar calidad de vida como la posibilidad de consumir y adquirir un mayor número de productos.

Palabras-clave: Educación Ambiental. Residuos. Bolsas retornables. Desarrollo Sostenible.

INTRODUÇÃO

A educação ambiental é aquela destinada a desenvolver nas pessoas conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas para a preservação do meio ambiente.

Nesse contexto, observam-se as intervenções focalizando a atenção para a campanha dos 4 RS, em que o consumo sustentável é um conjunto de práticas relacionadas à aquisição de produtos e serviços que visam diminuir ou até mesmo eliminar os impactos ao meio ambiente. São atitudes positivas que preservam os recursos naturais, e a biodiversidade mantendo o equilíbrio ecológico em nosso planeta. Estas práticas estão

relacionadas à diminuição do consumo de água, incentivo à reciclagem e eliminação do desperdício.

O 4 RS significa reduzir, reutilizar, reciclar, reaproveitar. Reutilizar é uma forma de evitar que vá para o lixo aquilo que não é lixo. É ser criativo, inovador, usar um produto de várias maneiras. Reduzir quer dizer economizar de todas as formas possíveis, o que se aplica à redução do consumo de água, papel, energia. Reciclagem é um conjunto de técnicas que tem por finalidade aproveitar e reutilizá-los no ciclo de produção de que saíram. E o resultado de uma série de atividades, pelas quais materiais que se tornariam lixo, ou estão no lixo, são desviados, coletados, separados e processados para serem usados como matéria-prima na manufatura de novos produtos.

No aspecto econômico a reciclagem contribui para o uso mais racional dos recursos naturais e a reposição daqueles recursos que são possíveis de reaproveitamento. O reaproveitamento alimentar, por exemplo, é muito importante, pois a alimentação é uma das maiores preocupações do nosso dia a dia. Vive-se em um mundo onde uma grande parcela da população ainda passa fome. Por isso, é fundamental oferecer àqueles que necessitam a oportunidade de aprender que se podem aproveitar muito mais alimentos do que estão acostumados a fazer. Cascas, folhas e talos são alguns dos ingredientes que muitas vezes menos prezam e jogam direto no lixo, mas que é, além de saborosos, uma boa fonte de nutrientes.

Diante dessa realidade, este estudo tem por objetivo mostrar a rentabilidade que a educação ambiental, por meio de sacolas retornáveis, atrai e conscientiza cidadãos para o consumo consciente de sacolas plásticas, pois quando um ser humano aprender e entender a importância de preservar e cuidar do meio em que vive, ele exercerá uma cidadania responsável e comprometida com a sociedade da qual faz parte, sendo capaz de estabelecer relações, interagir com o meio em que vive sem agredi-lo. Uma forma de fazer isso é praticando os 4 RS.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Pode-se entender educação ambiental como um conjunto de ensinamentos teóricos e práticos com o objetivo de levar à compreensão e despertar a percepção do indivíduo sobre a importância de ações e atitudes para a conservação e a preservação do meio ambiente, visando o bem estar de todos.

Criar atitudes e boas práticas de responsabilidade social junto aos parceiros internos e externos evidencia credibilidade e reputação socioambiental. A ação educacional aproxima a empresa da comunidade local, contribui para a formação de lideranças que atuam como agentes mobilizadores e possibilita o reconhecimento.

Segundo Barbieri (2004), a educação ambiental deve:

Estimular as pessoas a serem portadoras de soluções e não apenas de diminuir, embora estas devam ser as primeiras atitudes diante dos desmandos socioambientais. Deve também produzir mudanças nas suas principais condutas, modificando, por exemplo, seus hábitos de consumo. Como os problemas socioambientais apresentam uma dimensão planetária, a educação ambiental deve assentar-se numa nova ética universal (BARBIERI, 2004, p.77).

Nos dias de hoje, em pleno século XXI, percebe-se a necessidade de transformações que resgatem uma série de valores, como equidade, diversidade e principalmente sustentabilidade. O maior desafio da Educação Ambiental é fugir do contexto simplista de que ambiente é igual à natureza. Ela precisa sim, assumir a sua parte no enfreamento da crise, radicalizando seu compromisso com mudança destes valores, comportamentos, sentimentos e atitudes, que deve se realizar junto à comunidade de cada base territorial, de forma permanente, continuada e para todos. Uma educação que se propõe a fomentar processos continuados que possibilitem o respeito à diversidade biológica, cultural, étnica, juntamente com o fortalecimento da comunidade local.

Para Valle (2002, p. 35), “a educação ambiental constitui um processo informativo e formativo dos indivíduos e tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida de todos os membros da comunidade”.

Nesses últimos anos, percebeu-se um aumento da consciência das populações sobre a importância dos recursos naturais para a continuação da vida no planeta. E não

somente o aumento da consciência, mas o aumento da população humana. E para que o planeta dos nossos filhos, netos e gerações futuras tenham condições de continuar a vida, é necessário buscar o ponto de equilíbrio entre a utilização dos recursos naturais, em benefício do nosso bem-estar, e a conservação e preservação do meio ambiente. Chegar a esse ponto em nível mundial, não será uma tarefa tão simples. Podem-se acelerar os passos ampliando as percepções e a consciência de que as atitudes para com o meio ambiente definirão o cenário que a humanidade encontrará daqui para frente.

Conforme Dias (2007), a população passa a perceber as questões ambientais, por meio das organizações não governamentais, preocupadas com o meio ambiente e com a qualidade de vida da sociedade. Esses agentes sociais influenciam diretamente a população, desenvolvendo uma consciência crítica em relação aos processos ecológicos.

É necessário criar condições para aumentar a consciência do indivíduo ou do grupo na sua relação com o próprio ambiente e seus recursos naturais. Ações de intervenção podem ser realizadas, por exemplo, para a melhoria do meio ambiente, não com um objetivo educativo, pois a educação ambiental não tem isso como seu propósito ou nem mesmo inclui esta dimensão, entre outras, em sua implementação.

Segundo Dias (2007, p. 66), “as organizações ambientalistas são capazes de pressionar as organizações públicas a adotarem medidas de proteção ao meio ambiente, causando na sociedade em geral uma onda de consumismo verde”. Vale lembrar ainda os novos direitos inseridos na Constituição Federal, Estaduais, e nas leis Orgânicas dos Municípios, em que o direito ambiental é essencial à pessoa humana.

Longe da pretensão de criar normas e obstruir a diversidade das educações ambientais possíveis, que podem contemplar uma multiplicidade de ênfases, metodologias, estilos e estratégias de ação, seria produtiva a delimitação de um campo conceitual e de diálogo que enfrente este debate e torne a educação ambiental um conceito operativo. Podendo, assim, formar uma comunidade que sustente práticas educativas consistentes, que saibam auto fundamentar, explicitando e assumindo suas diferenças, quando for necessário. A elaboração e a partilha desta reflexão sobre os fundamentos da educação ambiental poderão, cada vez mais, tornar-se importante num cenário que busca o fortalecimento e a profissionalização da educação ambiental no Brasil.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E RESÍDUOS SÓLIDOS

O êxito da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei 12.305/2010 e Decreto 7.404/2010), que é um instrumento fundamental de responsabilidade pública nesta área, exige conhecimentos, posturas, aprendizados e práticas para que as soluções se estabeleçam e desenvolvam mecanismos que promovam a preservação ambiental, a inclusão social, o desenvolvimento sustentado e a colaboração comunitária. Neste sentido é indispensável um processo de organização e democratização das informações com métodos que mobilizem o interesse e a participação dos variados públicos e consumidores que compõem o tecido social. São necessários instrumentos e metodologias que sensibilizem e mobilizem os vários setores da sociedade, incluindo-se os profissionais responsáveis ou que prestam serviços nesta área.

Embora existam diferentes conceitos que envolvem a aplicação dos Rs na gestão dos resíduos e nos programas de educação ambiental, como os 3 Rs (reduzir, reutilizar e reciclar) ou os 5 Rs (reduzir, reutilizar, reciclar-pré-ciclar, reeducar e replanejar), adota-se o conceito de 4 Rs que tem como princípio de suas ações, a racionalização do consumo de bens e serviços, considerando os impactos ambientais causados pela produção, armazenamento, transporte e descarte. Além disso, estes conceitos estão consolidados na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A educação ambiental é a ferramenta com capacidade para construir estes processos e está expressa na Lei 9.975/1999, regulamentada pelo Decreto 4.281/2002. A definição adotada de educação ambiental considera “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”. A PNRS estabelece a educação ambiental como um de seus instrumentos, reforçando a importância desta disciplina e suas metodologias na elaboração dos planejamentos relacionados aos resíduos sólidos. Mesmo existindo boa quantidade e variedade de materiais, não está ainda consolidado um consenso objetivo em relação aos conteúdos, instrumentos e métodos que devem ser utilizados nos projetos e processos educativos que tratam da educação ambiental.

No artigo 19, inciso X da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), está implícita a necessidade de racionalizar o consumo promovendo a não geração, além da redução, reutilização e reciclagem como metas dos programas e ações educativas, diminuindo a quantidade de resíduos dispostos e viabilizando soluções ambientais, econômicas e sociais adequadas.

- Racionalizar o consumo de produtos e embalagens descartáveis. Também devem ser considerados pelos consumidores os impactos ambientais causados pela produção, transporte e armazenamento e descarte dos produtos ou serviços adquiridos.
- Reduzir a geração de resíduos, entendendo os excessos como ineficiência dos processos produtivos. Este conceito envolve mudanças comportamentais individuais, mas também novas práticas empresariais como investimentos em pesquisas de *ecodesign* e *ecoeficiência*.
- Reutilizar os materiais e produtos, aumentando a vida útil e impedindo a obsolescência planejada. É necessário ampliar o conceito de reutilização, indo além de pequenas ações que resultam em produtos de baixo valor agregado, descartáveis e sem valor econômico real ou com benefícios ambientais momentâneos.
- Reciclar os materiais com o encaminhamento correto dos resíduos orgânicos e inorgânicos, apoiando os projetos de coleta seletiva e a diminuição dos resíduos que devem ser dispostos nos aterros sanitários.

Na atualidade, uma alternativa para estes métodos, e que hoje em dia é considerada a melhor forma de reaproveitar o lixo, é a reciclagem. Segundo INMETRO (2002): “A reciclagem reduz o consumo dos recursos naturais, o consumo de energia, o volume de lixo e a poluição do globo terrestre. Além disso, a reciclagem pode se tornar uma poderosa fonte de lucro”.

Quando se referem o processo de reciclagem, que além de preservar o meio ambiente também gera riquezas, os materiais mais reciclados são o vidro, o alumínio, o papel e o plástico. Esta reciclagem contribui para a diminuição significativa da poluição do

solo, da água e do ar. Muitas indústrias estão reciclando materiais como uma forma de reduzir os custos de produção. Outro benefício da reciclagem é a quantidade de empregos que ela tem gerado nas grandes cidades. Muitos desempregados estão buscando trabalho neste setor e conseguindo renda para manterem suas famílias. Cooperativas de catadores de papel e alumínio já é uma boa realidade nos centros urbanos do Brasil.

Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

- Ao Poder Público, nos termos dos Arts. 205 e 225 da Constituição Federal (1998), definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover educação ambiental em todos os níveis de ensino e engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;
- Às instituições educativas, promover educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;
- Aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;
- Aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação.

O NOVO CONSUMIDOR ECOLOGICAMENTE CONSCIENTE

A expressão “consumidor ecologicamente consciente” descreve melhor o público-alvo do marketing ecológico, pois visa aumentar o consumo ou criar uma cultura de consumo na qual os produtos com baixo impacto, direto ou indireto no meio ambiente, tenham alta preferência. Nesse contexto, os efeitos causados pelo produto por si mesmo são considerados de impacto direto, e todo efeito causado pelo processo produtivo do produto é considerado de impacto indireto.

De acordo com Dias (2011, p.32) essa preocupação das pessoas tem levado uma parcela dos consumidores a adotar um comportamento ambientalmente correto, baseado em novos valores. Observa-se que as pessoas, cada vez mais, estão buscando alternativas para se encaixar nesse parâmetro de pensamento ecologicamente correto, porém nem sempre foi assim. Antes não se tinha essa preocupação com o lixo, com os resíduos, com a preservação em geral, mesmo por que a população não era tão grande como os números de hoje.

Este novo consumidor, manifesta uma preocupação com o meio ambiente, e passa a adotar um comportamento coerente com esses novos valores. Eles são chamados de consumidores verdes ou ecológicos. Ou seja, são consumidores que procuram produtos e serviços que não agridem e que causam menos impactos negativos ao meio ambiente.

Sendo assim, eles valorizam as empresas ambientalmente responsáveis, mesmo sabendo que o preço desses produtos e serviços são mais caros que os convencionais. Este tipo de consumidor compra essa ideia, pois sabe que este valor está agregado à uma responsabilidade social.

À medida em que cresce este conceito de proteção ao meio ambiente, a tendência deste comportamento do consumidor ecologicamente consciente cresce e se concretiza a cada dia, pois se tem mais compreensão da importância da preservação para o futuro do planeta.

São pequenas atitudes que fazem a grande diferença. As empresas que não se preocupam e que não são ecologicamente corretas acabam ficando com uma imagem negativa junto a esse novo consumidor. Sendo assim, a empresa acaba ficando desatualizada em relação a este novo conceito e, conseqüentemente, acaba perdendo esta fatia do mercado que está em plena ascensão.

De acordo com Dias (2011, pág.33) é este comportamento do consumidor ambientalmente consciente, preocupado com o ambiente natural que, ao assumir gradativamente um modelo novo de paradigma de consumo, obriga as empresas a adotar uma nova forma de abordar o marketing, levando em consideração o aspecto ecológico. Sabe-se que muitas empresas já estão de olho nesta fatia de mercado, investindo em produtos ou serviços ecologicamente corretos, desde montadoras de automóveis à fabricantes de palitos de dentes. Estas empresas enfatizam em suas propagandas e

embalagens, a preocupação com a sustentabilidade com o objetivo de atrair este novo consumidor.

O consumo sustentável implica numa mudança comportamental na sociedade, com a adoção de condutas ambientalmente éticas, o que pode ser obtido com a contribuição do marketing ecológico.

CONSUMO SUSTENTÁVEL

Segundo Almeida (2012), vive-se em uma sociedade onde impera o egoísmo, a ambição desenfreada, o consumismo sem limite na busca constante de suprimos os desejos econômicos, buscando sempre viver de aparência. A humanidade está fazendo isso à custa de derrubadas de árvores, queimadas, extinção de espécies, poluição do ar, do solo e da água, não importando se todo este descaso com o planeta vai valer mesmo a pena, pois todo este lucro, esta aparência de ser o melhor, de ter a melhor casa, o melhor carro e a melhor conta bancária não terá como aproveitar, nem mesmo as gerações futuras.

Nesse diapasão, Butzke et al (2006, p. 15) adverte que precisamos reduzir a velocidade de consumo de recursos naturais retornáveis, dando à natureza tempo para seus ciclos de renovação ou usar tradicionalmente tais recursos permitindo à ciência e à tecnologia pesquisarem e disponibilizarem o aproveitamento de outros recursos naturais.

Os recursos que o meio ambiente proporciona aos seres humanos estão sendo mal utilizados, como mostra Duke:

Água – sendo essencial à vida, constitui um dos bens mais preciosos à disposição da humanidade, mas a contaminação da água é uma das maiores preocupações ambientais e somos nós mesmos que acabamos prejudicando-a;

Ar – a qualidade do ar hoje está descartada, pois com o aumento das indústrias que funcionam sem licença ambiental e com muitos veículos nas ruas, a poluição no ar cresceu, prejudicando não só o meio ambiente, como causando danos a saúde das pessoas e o aumento do efeito estufa ocasionado pela emissão de gás metano (CH₄) produzido durante a decomposição de lixo;

Solo – considerado um organismo complexo, repleto de seres vivos e de substâncias minerais em constante interação e interdependência, o solo tem que ser tratado com cuidado no manejo de substâncias poluentes, sendo os odores,

os gases tóxicos, chorume, lixos jogados de qualquer maneira, fauna nociva, além do quase inevitável impacto visual negativo (DUKE, 2002, p.38).

A conservação do ambiente tem vindo a adquirir uma importância crescente em nível social e econômico. As preocupações inerentes à proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável têm culminado num enquadramento legal que preconiza a gestão de efluentes e resíduos em medidas que visam a sua minimização, reciclagem e valorização, tendo por objetivo a prevenção, sempre que possível, das emissões para o ar, a água e o solo, ou a correspondente minimização dessas emissões, como meio de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente no seu todo.

Consumo sustentável representa o consumo de bens e serviços com respeito aos recursos ambientais, de forma que garanta o atendimento às necessidades das presentes gerações, sem comprometer o atendimento das gerações futuras (HEAP & KENT, 2000).

Em relação aos produtos, consumir de forma sustentável significa desenvolvê-los de forma ecologicamente correta, ou seja, produtos que não agridam o meio ambiente, desde o processo de fabricação até o descarte. Assim sendo, produtos obtidos de matérias-primas renováveis ou recicláveis, que não agridem o meio ambiente e que têm baixo consumo de energia, devem ter a preferência das organizações engajadas na causa ambiental.

Embora altamente desejável, o desenvolvimento sustentável é tipicamente um objetivo a ser atingido em longo prazo e seu alcance depende em grande medida das mudanças introduzidas nas formas atuais de produção e consumo de bens. A busca de condições sustentáveis para o meio ambiente é responsabilidade tanto de produtores quanto de consumidores (MANZINI & VEZZOLI, 2002).

As transformações provocadas pelo homem no meio ambiente trazem, muitas vezes, repercussões negativas. Estas, em geral, estão associadas à falta de informações sobre a importância do meio ambiente para uma vida qualitativamente saudável, e sobre as implicações que podem advir de um desequilíbrio nos ecossistemas. A educação em seu caráter interdisciplinar constitui um componente para o alcance de um desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento sustentável é a ação que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades (ANDRADE, 2008, p. 88).

Segundo Heap, & Kent (2000),

Um compromisso com o desenvolvimento sustentável não somente requer uma preocupação com valores associados com a proteção ambiental, mas também levanta questões de qualidade de vida, justiça social, justiça inter geracional e democracia. O conceito de desenvolvimento sustentável nos lembra de que os ambientalistas não estão preocupados apenas com uma busca estreita de 'valores ambientais'. O peso que se pode dar aos valores ambientais em relação a outros valores tal como justiça está no centro desses debates. Concepções diferentes de desenvolvimento sustentável não somente 'equilibram' ou priorizam estes valores de modos diferentes, mas se baseiam em concepções distintas destes mesmos valores. Não é surpreendente, então, que exista uma variedade de concepções diferentes de desenvolvimento sustentável, inspiradas em interpretações opostas e em considerações distintas dos valores em competição (HEAP, B. & KENT, 2000, p. 04).

Os problemas decorrentes da má alimentação, como anemia, obesidade, entre outras, estão cada vez mais comuns entre as crianças e os adolescentes. Por isso a educação alimentar é extremamente importante para se ter uma vida saudável do mesmo jeito e a Educação Ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida. Por isso é necessário sensibilizar as pessoas, embora seja as crianças o foco principal, pois elas ainda não têm vícios e estão começando a aprender.

De acordo com Branco:

O consumismo é um processo eticamente condenável, pois faz com que as pessoas comprem mais do que realmente necessitam. Por meio de complexos sistemas de propaganda, que envolvem sutilezas psicológicas e recursos espetaculares, industriais e produtores induzem a população a adquirir sempre os novos modelos de carros, geladeiras, relógios, calculadora se outras utilidades, lançando fora o que já possuem. Consumo faz toda a diferença, tanto na questão ambiental quanto na econômica. Quantas vezes não consumimos por impulso ou por um desejo que julgamos impossível de conter? Juntamos quinquilharias, acumulamos roupas e sapatos, vivemos cercados de enfeites e seguimos uma rotina de comprar, comprar e comprar. Existe até as pessoas que acham ser possível curar depressão com o ato de fazer compras... Consumo consciente é à

base do desenvolvimento sustentável e um grande aliado da harmonia ambiental (BRANCO, 2002, p. 45).

USO DE SACOLAS RETORNÁVEIS

O uso de sacolas retornáveis confeccionadas com tecidos de reuso (sacos de algodão, lona reciclada, juta e outros), como já vem sendo feito por algumas empresas, desponta como uma boa prática. Todavia, a alternativa seria relevada se as sacolas fossem confeccionadas por cooperativas, associações, organizações não governamentais (ONGs) ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) nas quais estão envolvidas pessoas das classes sociais mais baixas.

Uma iniciativa ambiental desta natureza colabora na organização e na viabilidade de grupos locais para a realização do trabalho de confecção, além de agregar novos agentes sociais para participar do projeto, como universidades, SEBRAE e SENAI. Também gera desenvolvimento social por meio de emprego e renda, e eleva o bem-estar e as condições de vida dos participantes. Todavia, neste contexto seria importante que a rede de supermercados comprasse as sacolas produzidas por um valor socialmente justo e as vendesse para o consumidor com uma margem de lucro diminuta, de forma a incentivar o uso em grande escala.

Benefícios do uso da sacola retornável

- Você se torna um consumidor do Século XXI, com responsabilidade ambiental;
- Você economiza recursos naturais e energia, que são utilizados para a fabricação de bilhões de sacolas plásticas todos os anos;
- Ajuda na diminuição de gases que causam o aumento das temperaturas e provocam o derretimento de geleiras e as mudanças climáticas.

OS VALORES E A ÉTICA AMBIENTAL

A ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Ou seja, é ciência de uma forma específica de comportamento humano. A ética cabe explicar o comportamento humano, tomando a prática moral da humanidade como objeto de sua reflexão. O ético transforma-se assim numa espécie de legislador do comportamento moral dos indivíduos ou da comunidade (VÁZQUEZ, 2002, p. 23).

A ética ambiental se apresenta de uma maneira muito mais pontual e específica do que a ética pura e simples, como uma teoria. Isso porque quando se fala em meio ambiente, e na sua conseqüente preservação e conservação, não dispomos de muitas possibilidades com relação à atuação do homem sobre a natureza, já que o homem pode assumir dois papéis distintos na sua relação com o meio natural: ou o homem adota a postura de grande causador de impactos negativos, ou ele se transforma em um agente de transformação nas relações entre a humanidade e a natureza, inclusive com responsabilidade de possibilitar a continuidade da vida no planeta.

A crise ecológica e a conseqüente preocupação com a questão ambiental geraram uma preocupação intelectual de que é necessária uma nova ética global para unificar os seres humanos ao redor de uma comunidade moral capaz de enfrentar a crise por meio de esforço e cooperação.

Os valores constituem variáveis sociais relevantes na tomada de decisões que exigem a proteção ambiental. Quando esses valores se interiorizam e se tornam obrigações sociais, eles estimulam as condutas de conservação e proteção ambiental. Quando os valores se expressam como normas, que dizem o que devem fazer, então exercem uma influência direta sobre o comportamento ecológico. Nesse sentido, a ética ambiental, que determina o comportamento, está baseada nas concepções de valores sociais da sociedade em questão que faz com que os indivíduos identifiquem as prioridades que orientam as suas atitudes e comportamentos.

As pessoas, assim, atuam de acordo como os valores que as sustentam, tornando-se estes verdadeiros guias para a ação. Deste modo, os valores, apesar de sua generalidade, têm importante influência na conduta pessoal. Do ponto de vista ambiental,

os valores apresentam uma função motivacional que induz a uma conduta ética dos indivíduos em relação ao ambiente natural.

A preocupação pelo bem-estar e pela saúde dos seres humanos implica que, quando as pessoas acreditam que suas ações, pelas quais são responsáveis, têm consequências sobre as demais, são ativadas normas morais que regulam a conduta ecológica. Os valores ambientais funcionam como critérios morais que se convertem em imperativos éticos que influenciam uma conduta e, no caso das pessoas preocupadas com o meio ambiente, funcionariam como sentimentos de obrigação moral com o ambiente natural. Por isso, as condutas relacionadas ao meio ambiente se encontram no campo da ética e da moralidade.

Ocorre que a construção de normas e valores universalmente aceitáveis não é uma tarefa fácil, pois os códigos éticos podem variar enormemente entre países, comunidades, regiões, e, portanto, uma nova ética global ambiental deve contemplar essa diversidade cultural e seus diferentes interesses em termos sociais.

O concreto é que o sistema de relações que o ser humano estabeleceu entre si e com a natureza, baseado principalmente na obtenção de resultados econômicos, ao ter que enfrentar o problema da conservação e proteção do meio ambiente, provoca uma série de dilemas éticos como o desenvolvimento diante da conservação, os interesses humanos diante dos interesses dos animais e vegetais ou as necessidades presentes diante das necessidades futuras (VÁZQUEZ, 2002).

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

A criação e a implantação de leis que visam a preservação e a conservação do meio ambiente vêm a ser a uma tentativa de solução ou de redução dos efeitos negativos do processo de crescimento econômico brasileiro, mas só isso se torna pouco ou ao menos não atingiu resultados satisfatórios.

A própria Constituição Federal Brasileira é mais um sinal do aumento da consciência para com o ambiente. A Constituição tem várias leis ambientais, tais como: a lei de crimes ambientais, a política nacional do meio ambiente e a lei de controle e fiscalização da população (CAETANO, 2008, p.99).

Segundo Valle (2006, p.78-79), “A Constituição Federal Brasileira de 1988, bem como as constituições estaduais, dedicam capítulos ao tema ambiental e remetem para a legislação ordinária que regulamenta essas disposições constitucionais”.

Por meio da Lei 6.938/1981, é criado o Sistema Nacional do Meio Ambiente, (SISNAMA), que passa a ser responsável pela proteção e melhoria do meio ambiente. É constituído por órgãos e entidades da união, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Outro aspecto importante foi o conceito de responsabilidade objetiva do poluidor que, mesmo aprovada em 1981, sua implementação só avançou efetivamente a partir da promulgação da constituição de 1988. Por esse princípio se dispensa a prova da culpa pela poluição, ficando o causador do dano ambiental responsável por sua correção, independentemente de ter ou não culpa. Essa mesma lei confere ao Ministério Público o direito de atuar em defesa do meio ambiente, por ser este um bem de interesse difuso, isto é, que pertence a todos em conjunto, mas a ninguém individualmente.

Enfatiza-se mais uma vez que a reparação não pode minimizar a prevenção do dano. É importante ressaltar que a conduta mais acertada seria prevenir o dano, mas se não for possível, pelo menos que seja garantida a reparação, não esquecendo, porém, que em determinadas situações o dano chega a atingir proporções tais que até mesmo aferir o quantum torna-se difícil.

No Plano Federal a estrutura do SISNAMA é composta pelos seguintes organismos, de acordo com Valle (2002, p.80):

- Órgão Superior – é o conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e das diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais;
- Órgão Consultivo e Deliberativo – o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), tem a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo diretrizes de políticas governamentais e deliberar sobre normas e padrões no âmbito de sua competência;
- Órgão Executor – o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), incumbido de executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais para o meio ambiente;

- Órgão setoriais – os órgãos ou entidades integrantes da administração federal, direta ou indireta, bem como as fundações instituídos pelo poder público cujas atividades esteja associadas às de proteção da qualidade ambiental ou as de disciplinamento do uso dos recursos ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação ambiental deve ser vista como um processo permanente de aprendizagem que valoriza as diversas formas de conhecimento e que forma cidadãos com consciência.

Os graves impactos ambientais causados pela produção e consumo excessivos, decorrentes de uma sociedade cujo fim absoluto é o crescimento econômico, têm sido tema de recorrentes discussões em todas as esferas sociais. Atualmente, o assunto é abordado tanto por grandes veículos de comunicação quanto por líderes políticos, empresas de todos os portes e organizações não governamentais, e acabou se transformando em uma estratégia de comunicação utilizada pela publicidade.

Assim, o processo de criação da cultura do uso de sacolas retornáveis será lento e passa pela necessidade de provocar os ideais capitalistas para que os empresários assumam as suas parcelas de custos na sua fabricação, para que os fabricantes de sacos plásticos alterem os seus processos produtivos, invistam em tecnologias e descubram matéria-prima menos prejudicial ao meio ambiente do que o plástico; que eles produzam sacolas retornáveis ou algumas embalagens com material biodegradável, de forma a descartá-las no meio ambiente sem prejuízo, após terem sido utilizadas para carregar produtos.

Assim, é necessário que a sustentabilidade esteja acima de tudo, principalmente no uso do dinheiro de cada indivíduo, porque somente assim é possível continuar pagando pela satisfação das necessidades individuais e familiares. Depois será muito mais fácil cuidar da sustentabilidade do planeta, principalmente se as sacolas retornáveis forem adquiridas a custo zero.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luceli de. **A sociedade de consumo e o Meio Ambiente**. CENED, 2012.

ANDRADE, Rui Bernardes de. *et. al.* **Gestão Ambiental: Enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2008.

BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRANCO, Samuel Murgel. **O meio ambiente em debate**. 26 ed. São Paulo: Editora Moderna. Coleção Polêmica: São Paulo, 2002.

BRASIL, **LEI N.º 6.938**, DE 31 DE AGOSTO DE 1981.

BRASIL, **Lei 9.795/1999** – Política Nacional de Educação Ambiental.

BRASIL. **Política Nacional de Resíduos Sólidos** – PNRS (Lei 12.305/2010 e Decreto 7.404/2010). Brasília, setembro de 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Emenda Constitucional n. 11/96**.

BUTZKE, Alindo; ZIENBOWICKZ, Giuliano, CERVI, Jacson Roberto. **O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado**. Caxias do Sul: Educs, 2006.

CAETANO, Marcelo. **Manual de Direito Administrativo**. 10.^a Edição - 9.^a Reimpressão. São Paulo: Ed. Almedina. 2008.

DIAS, Reinaldo. O comprador consciente. **Revista Exame**, edição 826, p.64, 2007.

DIAS, Reinaldo. **Marketing Ambiental I - Ética, Responsabilidade Social e Competitividade nos Negócios**. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

DUKE, Energy. **Como Cuidar do seu Meio Ambiente**. São Paulo: Bei, 2002.

HEAP, B. & KENT, J. **Rumo a um consumo sustentável: uma perspectiva europeia**. Londres: The Royal Society, 2000.

INMETRO. **Meio Ambiente e Consumo**. Coleção Educação para o Consumo Responsável. Instituto Nacional de Metrologia. Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e Instituto Brasileiro de Defesa ao Consumidor–IDEC. 2002.

MANZINI, E.; VEZZOLLI, C. **O desenvolvimento de produtos sustentáveis: os requisitos ambientais dos produtos industriais**. São Paulo: Edusp, 2002.

VALLE, C. E. **Como se preparar para as normas ISO14000**. 3. Ed. São Paulo: Pioneira, 2002.

VALLE, Cyro Eyer do. **Qualidade ambiental: ISSO**. 6°. ed. rev. Atualizada. Editora Senac: São Paulo, 2006.

VÁZQUEZ, A.S. **Ética**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2002.